

STJ00098012

**RENATO BRASILEIRO DE LIMA**

Ex-Defensor Público da União  
Ex-Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora  
Ex-Professor de Processo Penal da Rede LFG  
Promotor da Justiça Militar da União em São Paulo  
Professor de Processo Penal e Legislação Criminal Especial  
do Complexo de Ensino Renato Saraiva (Portal Carreira Jurídica)

# LEGISLAÇÃO CRIMINAL ESPECIAL COMENTADA

**2ª EDIÇÃO • 2ª TIRAGEM**  
**REVISTA, AMPLIADA E ATUALIZADA**

**2014**

 **EDITORA**  
*Jus*PODIVM



Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia  
Tel: (71) 3363-8617 /Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

**Conselho Editorial:** Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

**Capa:** Rene Bueno e Daniela Jardim ([www.buenojardim.com.br](http://www.buenojardim.com.br))

**Diagramação:** Caetê Coelho ([caete1984@gmail.com](mailto:caete1984@gmail.com))

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

**Copyright:** Edições JusPODIVM

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	23
AGRADECIMENTO .....	25
APRESENTAÇÃO.....	27
LEI Nº 8.072/90	
CRIMES HEDIONDOS.....	29
1. Previsão constitucional .....	29
2. Sistemas de classificação das infrações penais como crimes hediondos.....	29
2.1. Sistema adotado pela Lei nº 8.072/90 .....	31
2.2. Natureza não hedionda dos crimes militares.....	31
3. Rol de crimes hediondos (consumados ou tentados) .....	32
3.1. Natureza hedionda do crime de homicídio (Lei nº 8.930/94).....	33
3.1.1. Homicídio simples praticado em atividade típica de grupo de extermínio (Lei nº 8.072/90, art. 1º, I, 1ª parte, com redação dada pela Lei nº 8.930/94) e a entrada em vigor da Lei nº 12.720/12 (CP, art. 121, §6º) .....	33
3.1.1.1. Conceito de grupo de extermínio.....	36
3.1.1.2. Sujeito passivo do grupo de extermínio.....	37
3.1.1.3. (Des)necessidade de quesitação dos jurados acerca da prática de homicídio em atividade típica de grupo de extermínio .....	37
3.1.2. Homicídio qualificado .....	38
3.1.3. Homicídio qualificado-privilegiado.....	38
3.2. Latrocínio (CP, art. 157, §3º, <i>in fine</i> ) .....	39
3.3. Extorsão qualificada pela morte.....	43
3.3.1. Sequestro relâmpago qualificado pela morte.....	43
3.4. Extorsão mediante sequestro .....	44
3.5. Estupro .....	44
3.5.1. Estupro e atentado violento ao pudor antes da Lei nº 12.015/09 .....	44
3.5.2. Estupro depois da Lei nº 12.015/09.....	45
3.6. Estupro de vulnerável.....	46
3.7. Epidemia qualificada pelo resultado morte .....	49
3.8. Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais .....	49
3.9. Genocídio .....	50
3.9.1. Distinção entre o crime de genocídio e o homicídio praticado em atividade típica de grupo de extermínio.....	51
4. Crimes equiparados a hediondos .....	52
4.1. Tortura.....	52
4.2. Tráfico ilícito de drogas .....	53
4.3. Terrorismo .....	55
5. Vedação à concessão de anistia, graça e indulto .....	57
5.1. Anistia.....	57
5.2. Graça .....	57

5.3.	Indulto.....	58
6.	Liberdade provisória .....	60
6.1.	Liberdade provisória com ou sem fiança, cumulada, se for o caso, com as medidas cautelares diversas da prisão.....	62
6.2.	Liberdade provisória proibida à luz do princípio tácito da individualização da prisão .....	65
6.3.	Infrações inafiançáveis e concessão de liberdade provisória sem fiança cumulada com as medidas cautelares diversas da prisão .....	74
7.	Regime de cumprimento da pena .....	76
7.1.	Regime integral fechado e o princípio da individualização da pena.....	76
7.2.	Regime inicial fechado para crimes hediondos e equiparados e novos critérios para progressão de regimes (Lei nº 11.464/07).....	78
7.3.	Inconstitucionalidade do regime inicial fechado para crimes hediondos e equiparados .....	81
7.4.	Detração na sentença condenatória para fins de determinação do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade (Lei nº 12.736/12).....	83
8.	Penas restritivas de direitos .....	85
9.	Suspensão condicional da pena ( <i>sursis</i> ).....	87
10.	Benefícios prisionais .....	89
10.1.	Prisão domiciliar .....	89
10.2.	Autorizações de saída.....	90
10.3.	Remição .....	90
10.4.	Trabalho externo .....	91
11.	Recolhimento à prisão para apelar .....	91
11.1.	Sentença condenatória e situação prisional do acusado .....	95
12.	Prisão temporária em crimes hediondos e equiparados.....	97
13.	Presídios federais de segurança máxima.....	99
13.1.	Transferência para presídios federais e competência do juízo da execução .....	99
14.	Aumento da pena de multa.....	100
15.	Livramento condicional.....	101
16.	Alteração das penas de certos crimes da Parte Especial do Código Penal .....	104
17.	Colaboração premiada no crime de extorsão mediante sequestro .....	104
18.	Associação criminosa para fins de praticar crimes hediondos e equiparados.....	105
18.1.	Associação para fins de tráfico e o quantum de pena a ser aplicado .....	107
18.2.	Delação premiada.....	107
19.	Causa de aumento de pena de metade .....	108
20.	Contagem em dobro dos prazos procedimentais .....	111
21.	Vigência da Lei nº 8.072/90.....	111

**LEI Nº 12.037/09**

<b>IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL .....</b>	<b>113</b>
1. Conceito.....	113
2. Distinção entre identificação criminal, qualificação do investigado, reconhecimento de pessoas e indiciamento.....	113
3. Leis relativas à identificação criminal .....	114
4. Documentos atestadores da identificação civil.....	117
5. Hipóteses autorizadoras da identificação criminal .....	118
5.1. Identificação criminal e o direito de não produzir prova contra si mesmo (princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i> ).....	122
6. Providências a serem adotadas para fins de se evitar o constrangimento do identificado .....	123

## SUMÁRIO

7.	Espécies de identificação criminal .....	125
7.1.	Identificação do perfil genético (Lei nº 12.654/12) .....	126
8.	Banco de dados de perfis genéticos .....	128
9.	Sigilo da identificação criminal .....	129
10.	Retirada da identificação dos autos do processo .....	129
11.	Regulamentação da identificação do perfil genético .....	130
12.	Vigência da Lei nº 12.037/09 .....	130
13.	Revogação expressa da Lei nº 10.054/00 .....	131

**LEI Nº 9.296/96**

<b>INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA.....</b>	<b>133</b>
1. Sigilo da correspondência, das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas .....	133
2. Conceito de interceptação telefônica.....	135
3. Comunicações telefônicas de qualquer natureza.....	139
4. Quebra do sigilo de dados telefônicos .....	141
5. Finalidade da interceptação telefônica: meio de obtenção de prova em investigação criminal ou instrução processual penal.....	143
6. Requisitos para a interceptação telefônica .....	146
6.1. Ordem fundamentada da autoridade judiciária competente (teoria do juízo aparente).....	146
6.2. Índícios razoáveis de autoria (ou de participação) .....	149
6.3. Quando a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis.....	151
6.4. Infração penal punida com pena de reclusão.....	152
6.5. Delimitação da situação objeto da investigação e do sujeito passivo da interceptação .....	153
7. Sigilo profissional do advogado.....	154
8. Encontro fortuito de elementos probatórios em relação a outros fatos delituosos (serendipidade) ..	155
9. Decretação da interceptação telefônica de ofício pelo juiz .....	157
10. Procedimento .....	158
10.1. Resolução nº 59 do Conselho Nacional de Justiça.....	159
11. Fundamentação da decisão judicial.....	160
12. Duração da interceptação .....	161
13. Execução da interceptação telefônica .....	163
13.1. (Des)necessidade de degravação integral das gravações efetuadas .....	164
14. Segredo de justiça .....	166
14.1. Juntada dos autos referentes à interceptação das comunicações telefônicas.....	166
14.2. Impugnação da defesa .....	167
15. Incidente de inutilização da gravação que não interessar ao processo.....	168
16. Crime de interceptação de comunicações telefônicas ou de violação de segredo de Justiça sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei.....	169
17. Direito intertemporal e Lei nº 9.296/96.....	170

**LEI Nº 12.830/13**

<b>INVESTIGAÇÃO CRIMINAL CONDUZIDA PELO DELEGADO DE POLÍCIA.....</b>	<b>173</b>
1. Origem e objeto da Lei nº 12.830/13 .....	173
2. Funções de Polícia Administrativa, Judiciária e Investigativa .....	173
2.1. Natureza jurídica das funções de Polícia Judiciária e Investigativa.....	175
2.2. Exclusividade do Estado para o exercício da atividade policial .....	176
3. Condução do inquérito policial pelo Delegado de Polícia .....	176
4. Discricionariedade do Delegado de Polícia na condução do inquérito.....	177

4.1.	Requisições ministeriais.....	179
5.	Livre condução do inquérito policial.....	180
6.	Restrições à avocação ou redistribuição de investigações policiais.....	180
7.	Necessidade de fundamentação da remoção do Delegado.....	181
8.	Indiciamento.....	181
8.1.	Conceito.....	181
8.2.	Momento.....	182
8.3.	Espécies.....	182
8.4.	Pressupostos.....	182
8.5.	Desindiciamento.....	183
8.6.	Atribuição.....	183
8.7.	Sujeito passivo.....	184
9.	Tratamento protocolar a ser dispensado aos Delegados de Polícia.....	185
10.	Vigência da Lei nº 12.830/13.....	185

**LEI Nº 9.099/95**

<b>JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS.....</b>	<b>187</b>	
1.	Previsão constitucional.....	187
2.	Critérios orientadores e finalidades dos Juizados.....	189
3.	Composição do Juizado Especial Criminal.....	192
4.	Competência do Juizado Especial Criminal.....	192
4.1.	Natureza da competência dos Juizados: absoluta ou relativa.....	192
5.	Conexão e continência entre crime comum e infração penal de menor potencial ofensivo.....	194
6.	Conceito de infração de menor potencial ofensivo.....	196
6.1.	Princípio da insignificância e infração de médio potencial ofensivo.....	198
6.2.	Excesso de acusação.....	198
6.3.	Estatuto do Idoso.....	199
6.4.	Acusados com foro por prerrogativa de função.....	200
6.5.	Crimes eleitorais.....	200
6.6.	Violência doméstica e familiar contra a mulher e aplicação da Lei nº 9.099/95.....	201
7.	Critérios orientadores e finalidades da Lei nº 9.099/95.....	202
8.	Competência territorial.....	202
9.	Princípio da publicidade.....	203
9.1.	Realização dos atos processuais em horários noturnos e em qualquer dia da semana.....	204
10.	Princípios referentes às nulidades.....	204
10.1.	Princípio da instrumentalidade das formas.....	204
10.2.	Princípio do prejuízo.....	205
11.	Comunicação dos atos processuais por qualquer meio hábil de comunicação.....	206
12.	Registro da audiência.....	207
13.	Citação do acusado.....	207
13.1.	Citação por edital, por carta precatória, por carta rogatória ou por hora certa nos Juizados.....	209
14.	Intimações e notificações nos Juizados.....	210
15.	Indispensabilidade da defesa técnica.....	210
16.	Termo Circunstanciado.....	213
16.1.	Situação de flagrância nas infrações de menor potencial ofensivo.....	216
16.2.	Afastamento do lar nos casos de violência doméstica.....	216
17.	Impossibilidade de realização imediata da audiência preliminar.....	217

18.	Falta de comparecimento dos envolvidos .....	218
19.	Fase preliminar dos Juizados .....	218
20.	Conciliador .....	219
21.	Composição dos danos civis .....	219
22.	Oferecimento de representação .....	221
23.	Transação penal .....	222
	23.1. Conceito .....	222
	23.2. Pressupostos de admissibilidade da transação penal .....	223
	23.3. Procedimento para o oferecimento da proposta de transação penal.....	226
	23.4. Recusa injustificada de oferecimento da proposta de transação penal.....	228
	23.5. Momento para o oferecimento da proposta de transação penal.....	228
	23.6. Descumprimento injustificado da transação penal.....	230
	23.7. Recurso .....	233
24.	Procedimento comum sumaríssimo .....	233
	24.1. Providências a serem adotadas pelo titular da ação penal se frustrada a transação penal.....	234
	24.2. Dispensa do exame de corpo de delito.....	235
	24.3. Complexidade da causa .....	236
	24.4. Notificação do acusado para apresentação da defesa preliminar .....	236
	24.5. Nova oportunidade para a conciliação .....	237
	24.6. Condução coercitiva.....	238
	24.7. Defesa Preliminar .....	238
	24.8. Juízo de admissibilidade: rejeição ou recebimento da peça acusatória.....	239
	24.9. (Des) necessidade de resposta à acusação no procedimento comum sumaríssimo.....	240
	24.10. Possibilidade de absolvição sumária .....	241
	24.11. Audiência de instrução e julgamento .....	242
25.	Sistema recursal no âmbito dos Juizados .....	243
	25.1. Julgamento pelas turmas recursais .....	243
	25.2. Apelação nos Juizados.....	245
	25.3. Recurso Extraordinário.....	246
	25.4. Recurso Especial.....	247
	25.5. Habeas corpus.....	247
	25.6. Mandado de segurança.....	247
	25.7. Revisão criminal.....	248
	25.8. Conflito de competência entre Juizado Especial Criminal e Juízo comum .....	248
	25.9. Embargos de declaração nos Juizados .....	250
26.	Execução no âmbito dos Juizados Especiais Criminais .....	251
	26.1. Aplicação isolada de pena de multa .....	251
	26.2. Impossibilidade de conversão de multa não paga em pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos .....	251
	26.3. Execução das penas privativas de liberdade, restritivas de direitos, ou de multa, quando cumulada com as anteriores .....	252
27.	Despesas processuais.....	252
28.	Representação nos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas.....	253
	28.1. Ação penal nos crimes de lesão corporal leve e lesão corporal culposa praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher .....	253
29.	Suspensão condicional do processo .....	255
	29.1. Conceito e natureza jurídica.....	256

29.2.	Requisitos de admissibilidade da suspensão condicional do processo .....	257
29.3.	Suspensão condicional do processo em crimes de ação penal de iniciativa privada .....	260
29.4.	Iniciativa da proposta de suspensão condicional do processo .....	261
29.5.	Momento para a aceitação da proposta.....	262
29.6.	Desclassificação e procedência parcial da pretensão punitiva.....	263
29.7.	Aceitação da proposta.....	264
29.8.	Recurso cabível contra a decisão homologatória da suspensão.....	266
29.9.	Condições da suspensão condicional do processo .....	267
29.10.	Revogação da suspensão condicional do processo .....	269
29.10.1.	Revogação obrigatória .....	270
29.10.2.	Revogação facultativa .....	270
29.11.	Extinção da punibilidade.....	270
29.12.	Suspensão condicional do processo em crimes ambientais .....	271
30.	Caráter retroativo da Lei nº 9.099/95.....	272
31.	Aplicação da Lei nº 9.099/95 na Justiça Militar.....	273
32.	Representação como condição de prosseguibilidade.....	275
33.	Aplicação subsidiária do Código Penal e do Código de Processo Penal no âmbito dos Juizados.....	275
34.	Disposições finais comuns .....	275
34.1.	Sistema de Juizados Especiais Cíveis e Criminais .....	275
34.2.	Deslocamento dos Juizados para bairros ou cidades pertencentes à mesma Comarca .....	276
34.3.	Criação dos Juizados Especiais.....	277
34.4.	Juizados Especiais Itinerantes.....	277
34.5.	Vigência da Lei nº 9.099/95.....	277
34.6.	Revogação expressa das Leis 4.611/65 e 7.244/84 .....	278

**LEI Nº 9.613/98**

<b>LAVAGEM DE DINHEIRO .....</b>	<b>279</b>	
1.	Histórico da Lei nº 9.613/98.....	279
1.1.	Lei nº 12.683/12: a necessidade de se tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de capitais .....	280
2.	A expressão “lavagem de dinheiro”.....	281
3.	Conceito de lavagem de capitais .....	282
4.	Gerações de leis da lavagem de capitais .....	282
5.	Fases da lavagem de capitais.....	284
6.	Tipos de lavagem.....	286
7.	Bem jurídico tutelado .....	288
7.1.	Princípio da insignificância e crimes contra a ordem econômico-financeira .....	290
8.	Da acessoriedade da lavagem de capitais .....	292
9.	Sujeitos do crime .....	295
9.1.	Autolavagem ( <i>selflaundering</i> ) .....	295
9.2.	Desnecessidade de participação na infração antecedente.....	299
9.3.	Participação por omissão .....	299
9.4.	Advogados.....	300
10.	Tipo objetivo.....	304
10.1.	Distinção entre o exaurimento da infração antecedente e o crime de lavagem de capitais....	306
10.2.	Natureza instantânea ou permanente.....	307
11.	Tipo subjetivo .....	310



11.1.	Punição exclusivamente a título de dolo .....	310
11.2.	Tipo congruente assimétrico (ou incongruente) .....	313
11.3.	Dolo eventual.....	314
11.4.	Prova indiciária do dolo.....	318
11.5.	Teoria da cegueira deliberada (instruções da avestruz).....	319
12.	Objeto material .....	321
13.	Conflito aparente de normas.....	324
14.	Revogado rol dos crimes antecedentes.....	326
14.1.	Tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins.....	327
14.2.	Terrorismo e seu financiamento.....	328
14.3.	Contrabando ou tráfico de armas, munições ou material destinado à sua produção .....	329
14.4.	Extorsão mediante sequestro .....	329
14.5.	Crime contra a administração pública .....	329
14.6.	Crime contra o Sistema Financeiro Nacional.....	330
14.7.	Crime praticado por organização criminosa.....	330
14.8.	Crime praticado por particular contra a administração pública estrangeira .....	330
15.	Tipos de conversão ou transferência e de aquisição e posse.....	331
15.1.	Conversão dos produtos ilícitos em ativos lícitos .....	332
15.2.	Receptação do produto da infração penal antecedente .....	333
15.3.	Importação ou exportação de bens com valores falsos. Subfaturamento e sobrefaturamento .....	334
16.	Utilização do produto da lavagem na atividade econômica ou financeira .....	334
17.	Associação para fins de lavagem de capitais .....	335
18.	Consumação e tentativa.....	336
19.	Causa de aumento de pena .....	337
20.	Colaboração premiada .....	339
21.	Procedimento comum ordinário .....	342
21.1.	Procedimento no caso de crimes conexos.....	352
22.	Autonomia relativa do processo .....	354
22.1.	Da questão prejudicial e da influência da coisa julgada no processo referente à infração antecedente.....	357
23.	Competência criminal .....	358
23.1.	Varas especializadas para processar e julgar os crimes contra o sistema financeiro nacional e os delitos de lavagem de capitais .....	364
23.2.	Reconhecimento da conexão e/ou da continência pelo juízo competente para o processo e julgamento do crime de lavagem de capitais.....	367
24.	Justa causa duplicada .....	373
25.	Suspensão do processo e da prescrição (CPP, art. 366) .....	379
25.1.	Aplicação do art. 366 do CPP na Lei de Lavagem de Capitais .....	380
25.2.	Limitação temporal do prazo de suspensão da prescrição .....	382
25.3.	Produção antecipada de provas urgentes.....	383
25.4.	Prisão preventiva .....	384
25.5.	Comparecimento do acusado .....	384
26.	Liberdade provisória .....	385
27.	Recolhimento à prisão para apelar.....	386
28.	Medidas assecuratórias previstas na Lei de Lavagem de Capitais.....	389
28.1.	Noções introdutórias.....	393

28.1.1.	Jurisdicionalidade.....	393
28.1.2.	Legitimidade.....	394
28.1.3.	Pressupostos.....	395
28.1.4.	Contraditório prévio.....	396
28.2.	Sequestro.....	397
28.2.1.	Procedimento.....	400
28.2.2.	Defesa.....	401
28.2.3.	Levantamento do sequestro.....	407
28.2.4.	Destinação final do sequestro.....	409
28.3.	Especialização e registro da hipoteca legal.....	410
28.3.1.	Momento.....	413
28.3.2.	Pressupostos.....	414
28.3.3.	Legitimidade.....	414
28.3.4.	Procedimento.....	416
28.3.5.	Defesa.....	418
28.3.6.	Finalização.....	419
28.4.	Arresto prévio (ou preventivo).....	420
28.5.	Arresto subsidiário de bens móveis.....	422
28.6.	Apreensão.....	424
28.6.1.	Defesas contra a apreensão.....	427
28.6.2.	Destinação das coisas apreendidas não restituídas.....	430
28.6.3.	Procedimento da restituição de coisas apreendidas.....	430
28.6.4.	Recursos cabíveis.....	433
29.	Alienação antecipada.....	436
29.1.	Momento.....	438
29.2.	Pressupostos.....	439
29.3.	Legitimidade.....	439
29.4.	Procedimento.....	440
29.5.	Utilização dos bens onerados pelos órgãos que atuam na persecução penal.....	443
30.	Ação civil de confisco.....	443
31.	Ação controlada.....	445
32.	Administração de bens.....	447
33.	Efeitos da condenação.....	450
34.	Colaboração internacional e reciprocidade.....	453
35.	Das pessoas sujeitas à Lei nº 9.613/98.....	461
35.1.	Da identificação dos clientes e manutenção de registros.....	463
35.2.	Comunicação de operações suspeitas.....	464
36.	Aplicação subsidiária do Código de Processo Penal.....	469
37.	Acesso a dados cadastrais dos investigados.....	470
38.	Forma de comunicação dos dados financeiros e tributários.....	470
39.	Afastamento do servidor público de suas funções como efeito automático do indiciamento em crimes de lavagem de capitais.....	471
40.	Preservação de dados fiscais pela Receita Federal.....	472
41.	Vigência da Lei nº 9.613/98.....	472

<b>LEIS 12.850/13 E 12.694/12</b>	
<b>ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS E JUÍZOS COLEGIADOS .....</b>	<b>473</b>
1. Organização criminosa .....	473
1.1. Noções históricas.....	473
1.2. Ausência de definição legal de organizações criminosas no ordenamento pátrio .....	475
1.3. (Im) possibilidade de aplicação do conceito constante da Convenção de Palermo.....	475
1.4. Vigência da Lei nº 12.694/12.....	477
1.5. Nova Lei das Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/13).....	477
1.6. Revogação tácita e parcial da Lei nº 12.694/12.....	479
2. Demais possibilidades de aplicação da Lei nº 12.850/13.....	480
3. Crime de organização criminosa: crime organizado por natureza e por extensão .....	481
3.1. Bem jurídico tutelado.....	482
3.2. Análise do tipo penal.....	482
3.3. Sujeitos do crime.....	483
3.4. Consumação e tentativa .....	484
3.5. Concurso de crimes.....	485
4. Obstrução ou embaraço de investigação de infração penal referente à organização criminosa .....	485
5. Majorante do emprego de arma de fogo.....	486
6. Agravante referente ao comando da organização criminosa .....	487
7. Demais causas de aumento de pena .....	488
8. Afastamento cautelar do servidor público de suas funções.....	489
9. Perda do cargo, função, emprego ou mandato eletivo e interdição para o exercício de função ou cargo público .....	491
10. Investigação de policiais envolvidos com organizações criminosas .....	494
11. Investigação e meios de obtenção de prova.....	495
11.1. Investigação preliminar .....	497
11.2. Fontes de prova, meios de prova e meios de obtenção de prova.....	498
11.2.1. Meios extraordinários de obtenção de prova (técnicas especiais de investigação) ..	500
11.2.2. Gestão da prova e papel do juiz na decretação dos meios de obtenção de prova ...	500
11.3. Meios de obtenção de prova passíveis de utilização na persecução penal de organizações criminosas.....	502
11.3.1. Intercepção ambiental .....	502
11.3.1.1. (I)lícitude da captação ambiental e (des)ecessidade de prévia autorização judicial .....	505
11.3.1.2. Lícitude das gravações ambientais clandestinas.....	507
11.3.2. Cooperação entre instituições e órgãos na busca de informações que interessem à persecução penal.....	510
12. Colaboração premiada .....	512
12.1. Origem e conceito.....	512
12.1.1. Distinção entre colaboração premiada e delação premiada (chamamento de corrêu).....	514
12.2. Ética e moral.....	515
12.3. Direito ao silêncio .....	516
12.4. Previsão normativa .....	517
12.4.1. Lei de proteção às testemunhas (Lei nº 9.807/99) .....	521
12.4.2. Nova Lei das Organizações Criminosas .....	522
12.5. Voluntariedade e motivação da colaboração.....	524

12.6.	Eficácia objetiva da colaboração premiada .....	525
12.7.	Prêmios legais.....	526
12.8.	Natureza jurídica da colaboração premiada.....	532
12.9.	Valor probatório da colaboração premiada: regra da corroboração .....	533
12.10.	Direitos do colaborador.....	535
12.10.1.	Medidas de proteção previstas na legislação específica.....	535
12.10.2.	Preservação do nome, da qualificação, da imagem e de outras informações pessoais do colaborador .....	536
12.10.3.	Condução, em juízo, separadamente dos demais coautores e partícipes .....	537
12.10.4.	Participação das audiências sem contato visual com os outros acusados .....	537
12.10.5.	Impossibilidade de se revelar a identidade pelos meios de comunicação.....	538
12.10.6.	Cumprimento de pena em estabelecimento penal diverso dos demais corréus ou condenados .....	539
12.11.	Acordo de colaboração premiada .....	539
12.11.1.	Legitimidade para a celebração do acordo de colaboração premiada .....	542
12.11.2.	Retratação do acordo.....	544
12.11.3.	Intervenção do juiz.....	544
12.11.4.	Momento para a celebração do acordo de colaboração premiada .....	547
12.11.5.	Tramitação sigilosa do pedido de homologação do acordo.....	549
12.11.6.	Publicidade do acordo de colaboração premiada.....	550
13.	Ação controlada.....	551
13.1.	(Des)necessidade de prévia autorização judicial .....	553
13.2.	Flagrante prorrogado, retardado ou diferido .....	555
13.3.	Entrega vigiada.....	556
14.	Infiltração de agentes .....	557
14.1.	Conceito e previsão normativa .....	557
14.2.	Atribuição para a infiltração: agentes de polícia .....	559
14.2.1.	(Im)possibilidade de infiltração de particulares.....	561
14.3.	Requisitos para a infiltração.....	562
14.4.	Duração da infiltração .....	564
14.5.	Espécies de infiltração .....	565
14.6.	Fases da infiltração policial .....	565
14.7.	Agente infiltrado e agente provocador (entrapment doctrine ou teoria da armadilha) .....	566
14.8.	Procedimento para a infiltração .....	568
14.8.1.	Segredo de justiça.....	570
14.9.	Sustação da operação .....	571
14.10.	Responsabilidade criminal do agente infiltrado.....	571
14.11.	Mecanismos de proteção ao agente infiltrado.....	573
14.11.1.	Oitiva do agente infiltrado como testemunha anônima .....	573
15.	Acesso a dados cadastrais dos investigados .....	579
16.	Acesso aos bancos de dados de empresas de transporte.....	581
17.	Manutenção do sigilo dos dados telefônicos.....	582
18.	Dos crimes contra a Administração da Justiça no combate às organizações criminosas .....	582
18.1.	Revelação de identidade de colaborador .....	583
18.2.	Colaboração caluniosa e fraudulenta .....	584
18.3.	Quebra de sigilo das investigações .....	586

18.4.	Sonegação de informações requisitadas.....	587
19.	Procedimento adequado .....	588
20.	Prazo para o encerramento da instrução criminal.....	589
20.1.	Natureza do prazo para o encerramento do processo e princípio da proporcionalidade.....	591
20.2.	Hipóteses que autorizam o reconhecimento do excesso de prazo .....	591
20.3.	Fato procrastinatório atribuível ao acusado.....	593
20.4.	Excesso de prazo após a pronúncia ou o encerramento da instrução criminal: relativização das súmulas 21 e 52 do STJ.....	594
20.5.	Excesso de prazo e aceleração do julgamento .....	596
20.6.	Relaxamento da prisão por excesso de prazo e decretação de nova prisão .....	596
20.7.	Excesso de prazo e efeito extensivo .....	597
20.8.	Relaxamento da prisão e natureza da infração penal .....	597
20.9.	Excesso de prazo e investigado ou acusado solto .....	597
21.	Sigilo das investigações .....	599
22.	Associação criminosa .....	602
22.1.	Análise do tipo penal.....	602
22.2.	Consumação e tentativa .....	604
22.3.	Causas de aumento de pena.....	604
22.4.	Concurso de crimes.....	605
22.5.	Demais associações criminosas .....	606
22.6.	Distinção entre associação criminosa e constituição de milícia privada .....	607
22.7.	Distinção entre associação criminosa e organização criminosa .....	609
23.	Aumento da pena do crime de falso testemunho ou falsa perícia .....	610
24.	Revogação da Lei nº 9.034/95.....	611
24.1.	Identificação criminal.....	611
24.2.	Liberdade provisória.....	612
24.3.	Recolhimento à prisão para apelar .....	613
24.4.	Regime inicial de cumprimento da pena.....	615
25.	Vigência da Lei nº 12.850/13.....	616
26.	Juízo colegiado para o julgamento de crimes praticados por organizações criminosas .....	617
26.1.	Distinção entre o juízo colegiado e o juiz sem rosto.....	618
26.2.	Atos processuais a serem praticados pelo juízo colegiado.....	619
26.3.	Momento para a formação do órgão colegiado .....	620
26.4.	Procedimento para a formação do juízo colegiado .....	620

**LEI Nº 7.960/89**

<b>PRISÃO TEMPORÁRIA .....</b>	<b>625</b>
1. A tutela cautelar no processo penal .....	625
1.1. Lei nº 12.403/11 e o fim da bipolaridade das medidas cautelares de natureza pessoal previstas no Código de Processo Penal .....	627
2. Princípios aplicáveis às medidas cautelares de natureza pessoal.....	629
2.1. Da Presunção de inocência (ou da não culpabilidade) .....	630
2.2. Da jurisdicionalidade (princípio tácito ou implícito da individualização da prisão).....	630
2.2.1. Decretação de medidas cautelares pelo juiz de ofício .....	633
2.2.2. Da vedação da prisão <i>ex lege</i> .....	634
2.3. Da proporcionalidade.....	635
3. Pressupostos das medidas cautelares: <i>fumus comissi delicti e periculum libertatis</i> .....	641

4.	Prisão Cautelar (carcer ad custodiam) .....	644
5.	Origem da Lei da Prisão Temporária (Lei nº 7.960/89) .....	646
6.	Conceito de prisão temporária .....	648
7.	Requisitos para a decretação da prisão temporária .....	648
7.1.	Da imprescindibilidade da prisão temporária para as investigações .....	650
7.2.	Ausência de residência fixa e não fornecimento de elementos necessários ao esclarecimento da identidade do indiciado .....	652
7.3.	Fundadas razões de autoria ou participação do indiciado nos crimes listados no inciso III do art. 1º da Lei nº 7.960/89 e no art. 2º, §4º, da Lei nº 8.072/90 .....	652
8.	Momento para a decretação da prisão temporária .....	656
8.1.	Decretação da prisão temporária seguida da prisão preventiva durante o curso das investigações .....	657
9.	Do procedimento .....	658
10.	Prazo de duração .....	660
11.	Direitos e garantias do preso temporário .....	661
11.1.	Do respeito à integridade física e moral do preso .....	661
11.1.1.	Indevida exposição à mídia .....	663
11.1.2.	Uso de algemas .....	666
11.2.	Da comunicação imediata da prisão ao juiz competente e ao Ministério Público .....	667
11.3.	Da comunicação imediata da prisão à família do preso ou à pessoa por ele indicada .....	668
11.4.	Do direito ao silêncio (nemo tenetur se detegere) .....	669
11.5.	Da assistência de advogado ao preso .....	676
11.6.	Do direito do preso à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial .....	678
11.7.	Do relaxamento da prisão ilegal .....	679
11.8.	Separação do preso temporário .....	680
12.	Abuso de autoridade .....	681
13.	Plantão permanente do Poder Judiciário e do Ministério Público .....	681
14.	Vigência da Lei nº 7.960/89 .....	681

**LEI Nº 11.343/06**

<b>TRÁFICO DE DROGAS</b> .....	<b>683</b>	
1.	Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) .....	683
2.	Definição de drogas .....	684
2.1.	Norma penal em branco (primariamente remetida) .....	684
3.	Ressalvas à proibição das drogas .....	686
4.	Porte de drogas para consumo pessoal .....	687
5.	Natureza jurídica do art. 28 da Lei de Drogas .....	688
6.	Bem jurídico tutelado .....	689
6.1.	Princípio da insignificância .....	691
6.2.	Constitucionalidade da criminalização do porte de drogas para consumo pessoal .....	692
7.	Sujeitos do crime .....	693
8.	Condutas típicas .....	694
8.1.	Atipicidade do uso de drogas .....	694
9.	Tipo subjetivo .....	695
10.	Distinção entre o porte de drogas para consumo pessoal e o tráfico de drogas .....	696
10.1.	Ônus da prova .....	699

11. Elemento normativo do tipo: “sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar” .....	700
12. Cultivo de drogas para consumo pessoal .....	700
13. Penas a serem aplicadas ao porte de drogas para consumo pessoal .....	702
13.1. Advertência sobre os efeitos das drogas .....	705
13.2. Prestação de serviços à comunidade .....	705
13.3. Medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo .....	706
14. Medidas coercitivas de garantia para o cumprimento das penas do art. 28 .....	706
14.1. Admoestação verbal .....	708
14.2. Multa coercitiva .....	709
14.3. Não tipificação do crime de desobediência .....	710
15. Tratamento especializado não compulsório .....	711
16. Questões diversas .....	712
16.1. Possibilidade de utilização do habeas corpus .....	712
16.2. Crime militar de porte de drogas para consumo pessoal (CPM, art. 290) e impossibilidade de aplicação do princípio da insignificância .....	713
17. Valor da multa coercitiva .....	715
18. Prescrição .....	716
19. Licença prévia para a produção de drogas .....	717
20. Destruição imediata de plantações ilícitas .....	718
21. Expropriação de glebas cultivadas com plantações ilícitas .....	719
22. Tráfico de drogas .....	721
23. Princípio da insignificância e tráfico de drogas .....	722
24. Sujeitos do crime .....	723
25. Condutas típicas .....	723
26. Crimes permanentes de tráfico de drogas .....	725
27. Flagrante preparado, flagrante esperado e venda simulada de drogas .....	727
28. Tipo subjetivo .....	729
29. Sanção penal .....	730
30. Crimes equiparados ao tráfico de drogas .....	730
30.1. Tráfico de matéria prima, insumos ou produtos químicos destinados à preparação de drogas .....	731
30.2. Cultivo de plantas para o tráfico de drogas .....	733
30.3. Utilização de local para fins de tráfico .....	734
31. Participação no uso indevido de drogas .....	735
31.1. Difusão do vício e do tráfico de drogas e “marchas da maconha” .....	737
32. Cessão gratuita e eventual de drogas para consumo compartilhado .....	738
33. Causa de diminuição de pena .....	742
33.1. Pressupostos para a incidência da minorante .....	742
33.2. Ônus da prova .....	745
33.3. Quantum de diminuição de pena e vedação à conversão em pena restritiva de direitos .....	746
33.4. Possibilidade de aplicação da minorante aos crimes de tráfico de drogas cometidos à época da Lei nº 6.368/76 .....	748
34. Tráfico de maquinário para fabricação de drogas .....	750
35. Associação para fins de tráfico .....	753
35.1. Concurso de crimes .....	755
35.2. Pena cominada .....	756

35.3.	Associação para fins de financiamento do tráfico .....	757
35.4.	Associação mista.....	757
36.	Financiamento ou custeio ao tráfico de drogas .....	758
36.1.	Nova exceção pluralista à teoria monística do concurso de agentes .....	758
36.2.	Elementos do tipo .....	759
36.3.	Consumação e tentativa .....	760
36.4.	Autofinanciamento.....	761
37.	Colaboração como informante .....	762
38.	Prescrição ou ministração culposa de drogas .....	765
38.1.	Crime culposos.....	765
38.2.	Sujeitos do crime.....	766
38.3.	Consumação .....	767
38.4.	Comunicação ao respectivo Conselho de Fiscalização Profissional .....	767
39.	Condução de embarcação ou aeronave sob a influência de drogas.....	768
39.1.	Elementos do tipo .....	768
39.2.	Sob a influência de drogas .....	769
39.3.	Crime de perigo concreto .....	769
39.4.	Penas e medidas cautelares.....	770
40.	Causas de aumento de pena.....	772
40.1.	Transnacionalidade e extraterritorialidade do delito .....	774
40.2.	Abuso de função pública, missão de educação, poder familiar, guarda ou vigilância.....	776
40.3.	Dependências ou imediações de locais onde haja facilidade de disseminação do consumo de drogas em virtude da maior concentração de pessoas .....	778
40.4.	Execução do crime com violência, grave ameaça, emprego de arma de fogo, ou qualquer processo de intimidação difusa ou coletiva .....	780
40.5.	Tráfico entre Estados da Federação ou entre estes e o Distrito Federal.....	780
40.6.	Envolvimento de criança ou adolescente ou de quem tenha diminuída ou suprimida a capacidade de entendimento e determinação.....	782
40.7.	Financiamento ou custeio da prática do crime.....	784
41.	Colaboração premiada .....	785
42.	Individualização da pena.....	785
42.1.	Fixação da pena-base e preponderância da natureza e quantidade da droga, da personalidade e da conduta social do agente sobre as demais circunstâncias judiciais do art. 59 do CP .....	786
42.2.	Fixação da pena provisória.....	790
42.3.	Fixação da pena definitiva .....	792
43.	Fixação da pena de multa.....	794
44.	Vedação à concessão de diversos benefícios .....	795
45.	Inimputabilidade.....	796
45.1.	Instauração do incidente .....	797
45.2.	Conclusão do incidente de insanidade mental .....	799
45.3.	Crime cometido por índios .....	801
46.	Semi-imputabilidade .....	801
47.	Tratamento médico .....	802
48.	Procedimento penal.....	803
48.1.	Aplicação da Lei nº 9.099/95 aos crimes de porte e cultivo de drogas para consumo pessoal.....	805



48.2.	Prisão em flagrante e lavratura de termo circunstanciado .....	807
48.3.	Medidas cautelares diversas da prisão .....	809
48.4.	Transação penal .....	810
49.	Aplicação das medidas protetivas da Lei de Proteção às testemunhas .....	812
50.	Prisão em flagrante pela autoridade de polícia judiciária .....	813
50.1.	Comunicação imediata da prisão em flagrante .....	814
50.2.	Convalidação judicial da prisão em flagrante .....	817
50.2.1.	Relaxamento da prisão em flagrante ilegal .....	818
50.2.2.	Conversão da prisão em flagrante em preventiva (ou temporária) .....	818
50.2.3.	Concessão de liberdade provisória, com ou sem fiança, cumulada (ou não) com as medidas cautelares diversas da prisão .....	822
50.2.4.	Prazo para a aplicação do art. 310 do CPP .....	823
50.3.	Laudo de constatação e exame toxicológico .....	824
50.3.1.	Ausência de apreensão da droga e comprovação da materialidade .....	827
51.	Prazo para a conclusão do inquérito policial .....	829
52.	Relatório da autoridade policial .....	832
52.1.	Destinatário dos autos do inquérito policial .....	833
52.2.	Diligências complementares .....	834
53.	Agente infiltrado e ação controlada .....	834
54.	Providências a serem adotadas pelo Ministério Público após ter vista dos autos do procedimento investigatório .....	835
55.	Notificação do acusado após o oferecimento da denúncia .....	837
55.1.	Reação defensiva à denúncia .....	838
55.1.1.	Extinta defesa prévia .....	838
55.1.2.	Defesa preliminar .....	839
55.1.2.1.	Consequências decorrentes da inobservância da defesa preliminar .....	840
55.1.3.	Resposta à acusação .....	843
55.1.4.	Quadro comparativo entre a extinta defesa prévia, a defesa preliminar e a resposta à acusação .....	844
55.1.5.	Desnecessidade de apresentação da resposta à acusação nos procedimentos que preveem defesa preliminar .....	845
55.2.	Possível oitiva do Ministério Público após a apresentação da defesa preliminar .....	846
55.3.	Eventual realização de diligências antes do juízo de admissibilidade da peça acusatória .....	847
56.	Recebimento da peça acusatória .....	848
56.1.	Necessidade de fundamentação do recebimento da peça acusatória .....	848
56.2.	Absolvição sumária .....	849
56.3.	Designação da audiência .....	851
56.4.	Citação do acusado .....	852
56.5.	Aceitação da proposta de suspensão condicional do processo .....	853
56.6.	Afastamento cautelar do servidor público de suas funções .....	854
57.	Audiência una de instrução e julgamento .....	857
57.1.	Prazo para o encerramento da instrução probatória de processos com acusado preso .....	858
58.	Sentença .....	860
58.1.	Incineração da droga apreendida .....	861
59.	Recolhimento à prisão para apelar .....	863
60.	Medidas assecuratórias previstas na Lei de Drogas .....	866
61.	Cooperação internacional .....	867

62. Listas de drogas .....	867
63. Liberação dos recursos do FUNAD .....	870
64. Estímulos diversos a particulares .....	870
65. Falência ou liquidação extrajudicial de estabelecimentos com drogas .....	871
66. Competência da Justiça Federal: tráfico internacional de drogas e crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves .....	872
66.1. Desclassificação do tráfico internacional de drogas e perpetuação da competência da Justiça Federal.....	875
66.2. Delegação de competência federal .....	876
67. Destruição de drogas em processos já encerrados .....	878
68. Celebração de convênios pela União com os Estados e com o Distrito Federal .....	878
69. Vigência da Lei nº 11.343/06.....	878
70. Revogação da legislação pretérita .....	879

**LEI Nº 11.340/06**

<b>VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER.....</b>	<b>881</b>
1. Fundamento constitucional e convencional .....	881
2. Origem da “Lei Maria da Penha” .....	882
3. Direitos e garantias fundamentais da mulher .....	883
4. Interpretação da Lei Maria da Penha.....	884
5. Violência doméstica e familiar contra a mulher.....	885
5.1. Sujeito ativo .....	886
5.2. Sujeito passivo.....	887
5.3. Âmbito da unidade doméstica .....	888
5.4. Âmbito familiar.....	889
5.5. Qualquer relação íntima de afeto, independentemente de coabitação .....	890
6. Violência doméstica e familiar contra a mulher como uma das formas de violação dos direitos humanos .....	892
7. Formas de violência contra a mulher.....	893
7.1. Violência física .....	895
7.2. Violência psicológica .....	895
7.3. Violência sexual.....	895
7.4. Violência patrimonial.....	896
7.5. Violência moral.....	897
8. Atendimento pela autoridade policial .....	900
8.1. Oitiva da vítima .....	900
8.2. Colheita de outras provas .....	901
8.3. Remessa do pedido de medidas protetivas de urgência formulado pela vítima .....	901
8.4. Determinação de realização de exame de corpo de delito da ofendida e outros exames periciais necessários .....	901
8.5. Oitiva do agressor e das testemunhas.....	902
8.6. Identificação do indiciado e juntada da folha de antecedentes criminais .....	904
8.7. Remessa dos autos ao Juiz e ao Ministério Público.....	905
9. Aplicação subsidiária do Código de Processo Penal, do Código de Processo Civil, do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Estatuto do Idoso .....	905
10. Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher .....	905

10.1. Crimes dolosos contra a vida praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.....	906
11. Foro de eleição para os processos cíveis.....	907
12. Ação penal nos crimes de lesão corporal leve e lesão corporal culposa praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.....	908
13. Retratação da representação nos crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.....	910
14. Desnecessidade de designação da audiência para ratificação de representação anteriormente oferecida.....	911
15. Vedação à aplicação de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária.....	912
16. Medidas protetivas de urgência.....	913
16.1. Natureza jurídica.....	914
16.2. Pressupostos.....	915
16.3. Procedimento para a aplicação das medidas protetivas de urgência.....	916
16.3.1. Aplicação isolada ou cumulativa das medidas.....	916
16.3.2. Decretação das medidas protetivas de urgência pela autoridade judiciária competente.....	916
16.3.2.1. Decretação de medidas protetivas de urgência ex officio pelo juiz.....	917
16.3.3. Legitimidade para o requerimento de decretação de medida cautelar.....	919
16.3.4. Contraditório prévio à decretação das medidas cautelares.....	919
16.3.5. Descumprimento injustificado das obrigações inerentes às medidas protetivas de urgência.....	921
16.3.6. Revogabilidade e/ou substitutividade das medidas protetivas de urgência.....	921
16.3.7. Recursos adequados.....	922
17. Prisão preventiva.....	923
18. Possibilidade de concessão de fiança pela autoridade policial.....	926
19. Intimação da vítima.....	928
20. Intimação do agressor.....	929
21. Medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor.....	930
21.1. Suspensão da posse ou restrição do porte de armas.....	930
21.2. Afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima.....	931
21.3. Proibição de aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas.....	931
21.4. Proibição de contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas.....	931
21.5. Proibição de frequentar determinados lugares.....	932
21.6. Restrição ou suspensão de visitas.....	933
21.7. Prestação de alimentos provisionais ou provisórios.....	934
21.8. Tutela específica.....	936
22. Medidas protetivas de urgência à ofendida.....	937
22.1. Encaminhamento da vítima e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou atendimento.....	937
22.2. Reeducação da ofendida ao respectivo domicílio após o afastamento do agressor.....	937
22.3. Afastamento da ofendida do lar e separação de corpos.....	937
22.4. Restituição de bens.....	939
22.5. Proibição temporária para compra, venda e locação de propriedade em comum.....	939
22.6. Revogação das procurações conferidas pela ofendida ao agressor.....	939
22.7. Caução provisória mediante depósito judicial.....	939
23. Cumulação da competência cível e criminal por varas criminais.....	941

---

24. Inaplicabilidade da Lei dos Juizados Especiais Criminais às infrações penais praticadas com violência doméstica e familiar contra a mulher.....	943
25. Admissibilidade da prisão preventiva para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.	947
26. Agravante na hipótese de violência contra a mulher.....	947
27. Aumento da pena da lesão corporal qualificada pela violência doméstica .....	948
28. Majorante na hipótese de crime praticado contra pessoa portadora de deficiência.....	949
29. Limitação de fim de semana e comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação.....	949
30. Vigência da Lei Maria da Penha.....	950
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>951</b>